

Devolução de servidores vai ser efetivada

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa vai cumprir rigidamente as Resoluções do Regimento Interno que determina a implantação do quadro permanente de funcionários e a consequente devolução dos requisitados a seus órgãos de origem. A declaração foi dada nessa terça-feira pelo presidente da Casa, deputado Benício Tavares (PP), que recebeu em seu gabinete uma comissão de servidores concursados. Eles denunciaram a existência de um movimento visando inviabilizar o processo de efetivação dos aprovados em concursos públicos e ainda apresentaram um polêmico estudo realizado pela Coordenadoria de Planejamento e Elaboração Orçamentária. Entre várias propostas, o documento sugere a criação de uma estrutura provisória de funcionários requisitados, que permaneceriam por mais 16 anos na Câmara.

Benício Tavares confessou aos servidores que tinha conhecimento desse estudo, mas o trabalho da Coordenadoria (uma unidade vinculada à presidência) foi feito sem qualquer autorização, e não será levado em consideração. Indignado, o deputado garante que o documento não retrata o posicionamento da presidência da Câmara ou da sua Mesa Diretora, sendo de inteira responsabilidade de seus autores, os funcionários Luís Mário Couto, Maria do Carmo Furtado e Adelce Queirós.

Assim como todos os deputados distritais, Benício Tavares considerou sem propósitos o estudo feito pela Coordenadoria. "Eles me disseram que era normal a realização de trabalhos como este. Se isso é um exercício de idéias, não concordo com elas", reafirmou o presidente da Câmara que ainda estuda formas para punir os autores do documento.

Polêmica — Apesar de não ser um estudo oficial, o documento da Coordenadoria provocou muita polêmica na Câmara.